

PMV só contém encostas

104850

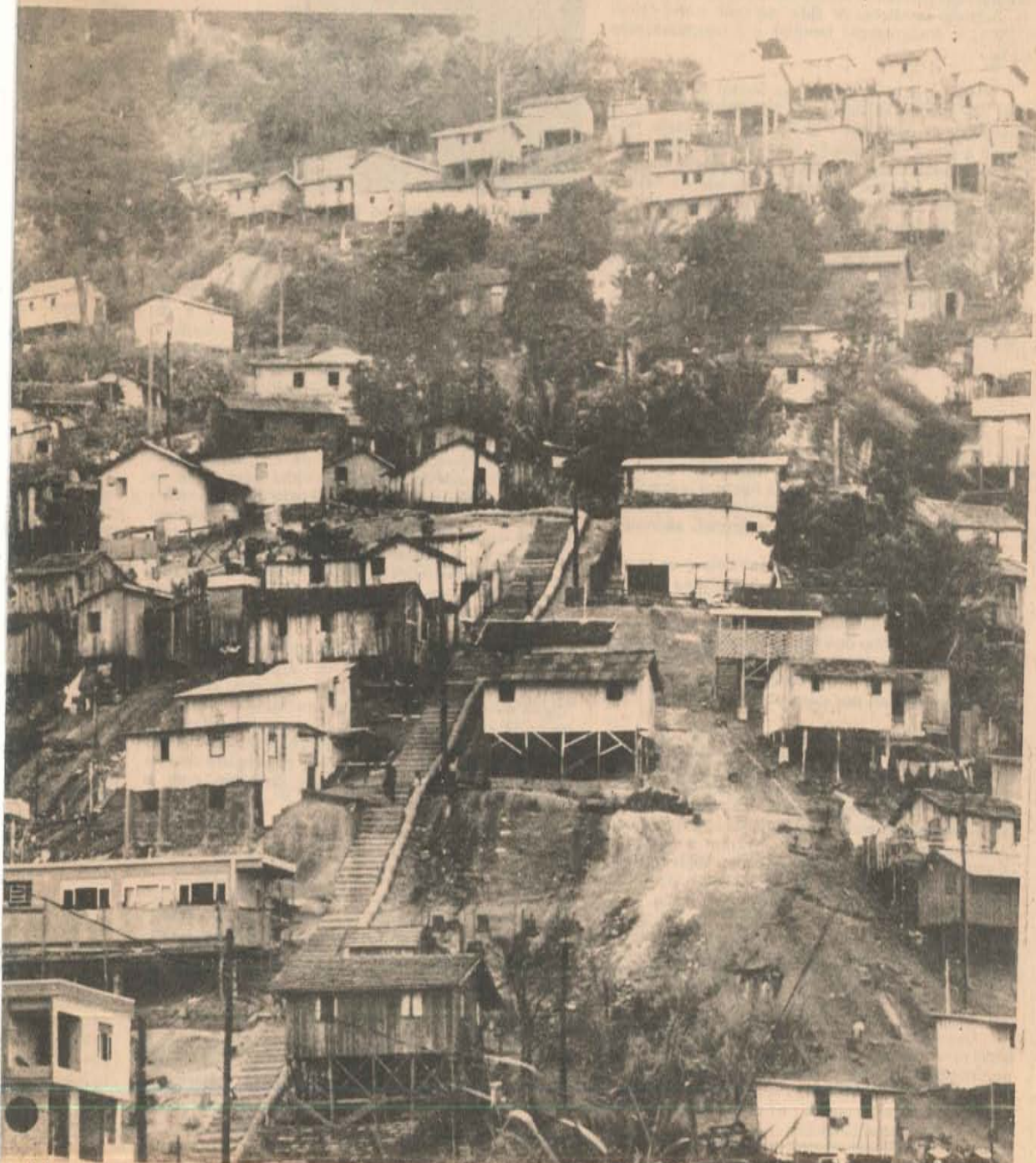
se tiver Cr\$ 50 bilhões

Texto: Maura Fraga  
e Paulo Garruth  
Fotos: Arquivo AG

Para solucionar o problema encostas em Vitória, a prefeitura precisaria de pelo menos Cr\$ bilhões, segundo declaração do secretário de Obras, Humberto Ilo, que antecipa: "Isso está a de nossas cogitações". O secretário e o arquiteto do Instituto

Jones dos Santos Neves Fernando Betarello tratam dos problemas que anualmente surgem com as chuvas na Grande Vitória. O Instituto aponta a existência de lotes em Vitória com capacidade para abrigar o dobro da população atual da área. Seria uma alternativa para desocupar os morros, onde há sempre risco de vida. Em Vitória, nesses locais vivem 70% dos moradores: carentes e até ricos (como o pessoal da Favela do

Ouro). Em Cachoeiro de Itapemirim, o prefeito Roberto Valadão assegura que nunca existiu plano de defesa para as populações das encostas e ribeirinhas. Há 40 anos atrás, uma lei que ainda hoje vigora estabelecia que construções em morros somente poderiam ser feitas até 50 metros no nível do mar, para evitar deslizamentos. Hoje, há casas a até 150 metros e o poder público, ajudando, urbanizou as áreas.



ma da cota 50 é proibido construir, mas ninguém respeita a legislação



# Proibição só existe no papel

O secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, Humberto Vello, garante: "Sempre existiu, aqui, a proibição de se construir acima da cota 50. O decreto foi elaborado há cerca de 40 anos e previa-se, em toda a região da cidade, a construção de um cinturão de drenagem para evitar a erosão dos morros e proteger a parte baixa".

O "cinturão", segundo o secretário, é uma espécie de calha de grandes dimensões "a ser implantada em torno de todos os morros de Vitória".

"A coisa porém não foi levada à frente", lamenta. Houve mudanças na legislação e, hoje, existe a proibição de se construir acima da cota 50, mas apenas no papel, porque os morros estão ocupados até 130 e 140 metros. E os próprios serviços públicos levaram água, luz, esgotos, escadarias e até ruas. Houve uma cumplicidade e omissão do poder público, que permitiu e hoje é responsável pela ocupação desordenada dos morros.

## VISÃO

Chamando à atenção para o fato de os morros terem se transformado em "patamares", cada um com um grupo de casas, Vello acrescenta que "isso demanda problemas, hoje, na cidade inteira".

"Vitória, não tem e nunca teve um plano de construção de encostas. Apenas relatórios. O empobrecimento dos municípios e a concentração federal de rendas não permitem que sobram recursos para obras de contenção".

O Instituto Jones dos Santos Neves propôs à prefeitura um estudo de macro-drenagem e contenção de encostas orçado em Cr\$ 1 bilhão. Humberto Vello informa: "Temos, na secretaria, para este ano, uma verba para execução de obras de construção prevista em Cr\$ 240 milhões, muito abaixo do custo de estudo que tanto nos interessa".

"Com os problemas das chuvas recentes, fomos suplementados em Cr\$ 1 bilhão em caráter de emergência. Num trabalho de contenção de encostas não se gasta menos de Cr\$ 50 bilhões. Então,



## Vello quer estudos geotécnicos

além de estar fora de nosso alcance, fica também fora de nossa cogitação. Enquanto não houver uma mudança da legislação tributária no país, vamos continuar remediando aqui e ali, onde houver quedas de barreiras".

A Câmara Municipal de Vitória autorizou à prefeitura que contraia empréstimos para o estudo proposto pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Mas Humberto Vello adverte que "para a obra é preciso dinheiro".

Entre as áreas consideradas prioritárias num programa de obras que contenha efeitos de enchentes, figuram os bairros São Pedro II, III e IV e outros como Jardim da Penha, onde, segundo o secretário de obras, "contribuintes vivem dentro da lama".

"A população dos morros não é apenas de favelados. Podemos antecipar que 70% dos moradores de Vitória, hoje, vivem nos morros. O rico também tem problemas de encostas"

Humberto Vello aponta os "pontos negros" da capital: "Morros do Horto, Rio Branco (em Jucuququara), Jaburu, Cruzamento, Romão, Forte São João, Vigia (onde fica a pedra da Onça), Fonte Grande, Piedade, Moscoso, Santo Antônio (boa parte ao longo da avenida Santo Antônio)".

O secretário, porém, não acredita que possa se repetir o que ocorreu em Tabuazeiro. Achá que o problema foi excepcional: "Dizem que a Eselsa comunicou à Comissão de Defesa Civil sobre o risco, há alguns anos. É mentira. Na Secretaria de Obras nada temos a esse respeito e trabalhando na prefeitura há 14 anos nunca ouvi falar".

"A prefeitura" — explica ainda — "não tem pessoal especializado em geotécnica. Nossos engenheiros são o que se pode chamar de "pau para toda obra". Agora estamos pedindo à Câmara a criação da divisão de geotécnica e constatação de geólogos. A prefeitura está sempre remediando. Há problemas, vamos lá. Passou a chuva, vamos cuidar de outro. Estamos sempre cuidando do imediato".

Com a Divisão de Geotécnica, na opinião do secretário, pelo menos três profissionais estarão "pensando em contenção o ano inteiro".

"Nem toda obra de contenção é cara. No Recife, adotou-se o plantio de vegetação, mas temos necessidade da divisão. De criar áreas com matas. A pessoa nos procura, perguntamos: "Quer um muro de arrimo? Leve a vegetação para sua própria segurança".

Humberto Vello informa também que, no momento, não há meios de se impedir as inundações da cidade. E explica por quê:

"Vitória está na mesma cota da maré máxima. Grande parte das comportas que pegam o Forte de São João, Praia do Canto e Bento Ferreira, é ligada por galerias que funcionam apenas com a maré vazia. Quando ela enche são vedadas, para impedir a entrada da água do mar. Se há coincidência, não funcionam".

# IJSN apresenta as alternativas

O Instituto Jones dos Santos Neves tem planos para solucionar o problema de encostas na região da Grande Vitória. O arquiteto Fernando Betarello fala sobre as alternativas.

**P — Existe uma medida preventiva para a contenção das encostas na região da Grande Vitória?**

**R —** Temos um trabalho feito em 1981 pelo Instituto Jones dos Santos Neves sobre a parte da preservação ambiental e patrimônio histórico. E nessa parte ambiental foi feito estudo sobre os morros da Grande Vitória. Específico. Então, foi levantada a problemática dos morros, apresentando-se depois algumas alternativas de ocupação. Aproveitem os esse estudo em outros trabalhos, principalmente nos planos diretores que temos feito.

**P — Qual a configuração do Plano de Vitória?**

**R —** Ele contém também algumas normas, não muito novas, colocadas justamente em função da problemática de ocupação dos morros. Por exemplo, o Maciço Central, que ocupa um terço do município de Vitória, assim como outros morros da região da Grande Vitória, é uma rocha cristalina. Acima dessa rocha temos uma pequena camada de terra, solo

**P — Qual seria a saída para os ocupantes das áreas mais sujeitas à erosão?**

**R —** Temos outra recomendação porque mexemos com outra legislação. As áreas mais sujeitas à erosão têm declividade acima de 30 por cento. Em 1979, a União baixou a Lei 6766 que fala de parcelamento de solo. Dentro dela há uma norma que estabelece a ilegalidade de loteamentos (no Maciço Central e outros morros é difícil ter loteamento, existem invasões) em declividade acima de 30 por cento.

Fizemos um mapeamento do Maciço Central e pegamos várias dessas áreas. Algumas não têm ocupação. Quando trabalhamos com Plano Diretor, com lei de uso de solo, tentamos conversar com as prefeituras para que fiscalizem e não deixem ocupar essas áreas com declividade acima de 30, porque são as mais problemáticas.

Essas duas condicionantes, mais a impossibilidade de, pela própria constituição física do Maciço, se abrir uma via onde se possa levar as melhorias urbanas, a ambulância, porque é difícil abrir uma via em rocha, no plano, em todas as conversas com a Prefeitura e com a Câmara de

através desse trabalho, que nos cinco municípios da Grande Vitória há 7.800 hectares de áreas livres, que podem ser compradas pelo BNH para estoque ou construção de conjuntos a médio prazo.

Isso, somando a outro dado que temos na Grande Vitória, que são os loteamentos vazios, temos 170 mil lotes vagos na Grande Vitória. O que permite a colocação, nesses dois espaços, de um milhão e meio de pessoas, o dobro da população que a Grande Vitória tem hoje. O trabalho do BNH era apenas detectar esses vazios.

**P — Como se poderia fazer um trabalho conjunto em função desses dados: a impossibilidade de ocupar morros e mangues e a existência dos vazios na malha, valorizados pelo coletivo?**

**R —** Dentro da Constituição Federal esses vazios têm que ser ocupados, por que há o artigo que estabelece que a terra deve ter o seu uso social. Os lotes já se tratam de uma coisa mais difícil. Qual seria a fórmula? Um trabalho conjunto município/União. O município tem a atribuição de regularizar o uso do solo. Dentro disso, tem um instrumento que se chama impos-



## Vitória?

R — Ele contém também algumas normas, não muito novas, colocadas justamente em função da problemática de ocupação dos morros. Por exemplo, o Maciço Central, que ocupa um terço do município de Vitória, assim como outros morros da região da Grande Vitória, é uma rocha cristalina. Acima de dessa rocha temos uma pequena camada de terra, solo e a vegetação que protege essa camada de solo.

Existem dois problemas na ocupação desse morro. O primeiro é relativo à altura, aquilo que nós chamamos cota de nível de ocupação. Por quê? Em 1954 quando a Câmara de Vitória aprovou a Lei 351 — mexida ao longo do tempo e que acabou se transformando em verdadeira colcha de retalhos — existia o limite de ocupação na cota 40.

P — Como se explica, na prática, a aplicação dessa cota de nível?

R — O mar é cota zero. Subindo, na vertical, temos as cotas um, dois, três etc. Cota de nível de quarenta metros acima do nível do mar. Em função dessa limitação a Cesan, de 1954 para cá, instalou vários reservatórios de água na Grande Vitória. E esses reservatórios já estão instalados nas cotas 45 e 50 do Maciço Central. Talvez, não sei bem cronologicamente o que veio antes ou depois. Essa limitação de cota pode ter sido problema da Cesan.

P — A Cesan teria, então, desrespeitado o máximo em limite de ocupação por altitude na Grande Vitória?

R — Não podemos afirmar se ele vem antes ou se, em função dessa limitação, fez a implantação já no limite de ocupação do Maciço e de outros morros. Em função disso a água anda por gravidade. Quer dizer, chega na cota de 40, 50, e abastece a cidade e o que está embaixo. Acima disso é necessário bombear. O bombeamento é muito caro. Temos bomba de recalque, uma coisa muito grande. Esse é um primeiro problema de ocupação do Maciço acima de determinada cota.

P — Esse bombeamento atinge de alguma forma a estabilidade do morro?

R — Não, apenas abastece a população. Já existe em várias áreas do Maciço Central, toda essa área central, cidade, Jucutuquara, Santo Antônio. A parte mais problemática que temos, porque os outros morros geralmente não têm esta camada de terra. São rocha pura. Pegando Gurigica, imediações de Bento Ferreira, tudo é rocha, não há problemas de desmoronamentos.

Então temos esse limite, seria um: o da cota de nível 50 que mantivemos no Plano Diretor, nas áreas que serão desocupadas. Fizemos uma ressalva no plano porque há no Maciço áreas que estão ocupadas até acima da cota 100. Com um detalhe, já estão urbanizadas, têm ruas, como Fonte Grande, Santo Antônio. Há coleta de lixo, a Prefeitura já reconheceu, elas têm água, energia. Então essas áreas devem ser urbanizadas, melhoradas, receber toda a condição de habitação.

P — Elas não oferecem perigos de deslizamento?

R — A nível de Plano Diretor não chegamos a tratar desse assunto, se oferece perigo ou não. A lei do plano é de uso e ocupação do solo. Não mexemos com Código de Obras ou áreas problemáticas. Mas é uma forma de tentar evitar que as coisas aconteçam.

Outro problema é esse na própria constituição do morro. Ao tirar a vegetação e colocar uma casa, expõe-se o solo à ação da chuva. Então essa chuva penetra no solo do morro e escorre pela rocha. Quando escorre pela rocha, carrega tudo para baixo. E a formação do solo de Vitória é recente. Trata-se de um solo muito frágil. Tirando a proteção é fácil acontecer a erosão.

pretexturas para que não se escizem e não deixem ocupar essas áreas com declividade acima de 30, porque são as mais problemáticas.

Essas duas condicionantes, mais a impossibilidade de, pela própria constituição física do Maciço, se abrir uma via onde se possa levar as melhorias urbanas, a ambulância, porque é difícil abrir uma via em rocha, no plano, em todas as conversas com a Prefeitura e com a Câmara de Vereadores de Vitória sempre são colocadas. A Cota de 50 e declividade de 30.

P — Houve reação em defesa dessa ocupação habitacional?

R — A alegação contrária, principalmente na gestão passada da Câmara era a seguinte: "Mas e os pobres, onde vão morar? Só há dois lugares para eles: os morros e os mangues". Não sei como alguém ainda consegue falar um negócio desses, porque isso não é condição humana de morar. O mangue, para a própria condição humana, não permite que se argumente a favor. Economicamente é um negócio que também não existe, porque organizar um mangue é muito mais caro do que comprar terra boa, desapropriar e colocar a pessoa. Levar caminhão de terra — hoje estão urbanizando com lixo e acabando com a saúde pública — fica caro. Acabando com a saúde do trabalhador, o prejuízo é do coletivo. Há este problema de saúde e também o econômico de aterrar aquilo. Como o mangue está muito a nível do mar, da água, é problemático instalar galeria pluvial, abastecer de água, o solo demora muito para se firmar. Então, é custoso demais ocupar o mangue.

P — E com relação à ocupação dos morros, haveria uma repetição da imagem no processo de ocupação?

R — É a mesma coisa. Por essa impossibilidade de colocar as pessoas acima de uma determinada cota porque, abaixo disso, principalmente na Ilha de Vitória, já está tudo ocupado. Permittido-se a ocupação não se conseguirá levar água, recolher lixo, esgotos. É difícilimo em declividades acima de 30 por cento, o desgaste da tubulação é muito grande. Então, seria necessário fazer intermediários, de custo altíssimo.

Então, essas condicionantes dizem para a gente que isso não deve ocorrer, a ocupação dessas áreas.

P — Haveria uma outra alternativa a isso? Onde se abrigaria essa parte da população que inicialmente optada pelos mangues e morros por falta de recursos?

R — Fizemos um estudo em 80 a pedido do BNH, que sentia na Grande Vitória e em outras regiões do país o custo em que saíam os conjuntos habitacionais como vêm sendo feitos, principalmente na Serra. Eles estão sendo implantados longe da malha urbana, onde se deve levar toda uma infra-estrutura. Ao implantar esse conjunto, por ter levado a infra-estrutura, o BNH não conseguiu mais comprar os terrenos de volta, porque o preço foi lá para cima, com a valorização, o custo para o morador, que agora vive longe da cidade e deve trabalhar. Tudo isso foi considerado.

Depois de uma série de análises desse tipo propuseram-nos um trabalho. Há conjuntos, por exemplo, como o Marabá, próximo à Serra, cujo abastecimento de água ficou mais caro do que a construção do próprio conjunto.

P — Que tipo de trabalho foi feito em função desse levantamento com o BNH?

R — Detectamos na área urbana da Grande Vitória os vazios urbanos infra-estruturáveis que, apesar de serem mais caros, no fundo, fazendo-se todos os cálculos, podem sair mais baratos tanto para o BNH, Planasa, Cesan, Escelsa e para o próprio morador. Levantamos,

R — Dentro da Constituição Federal esses vazios têm que ser ocupados, por que há o artigo que estabelece que a terra deve ter o seu uso social. Os lotes já se tratam de uma coisa mais difícil. Qual seria a fórmula? Um trabalho conjunto município/União. O município tem a atribuição de regularizar o uso do solo. Dentro disso, tem um instrumento que se chama imposto progressivo. Esses buracos acima de uma determinada área deveriam ser taxados, progressivamente. Isso induz a que o proprietário dê uma utilização: ou venda ou faça alguma coisa.

Nesse momento deveria ser feito um trabalho junto com o BNH de ir comprando essas áreas. E existe, dentro da legislação federal, que é o Decreto-Lei 271, uma maneira de ser utilizada essa terra pela concessão real de uso. Quer dizer, o BNH, uma vez a área sendo pública (não seria um aforamento). Através desse mecanismo, se pode preservar os espaços que hoje, nos morros e mangues, não devem ser ocupados. E, de uma certa forma, detectar as áreas críticas.

O Instituto Jones dos Santos Neves levanta recursos para um estudo que possibilite detectar essas áreas críticas, especificamente nas encostas. Através do trabalho de levantamento das áreas vazias, poderíamos trazer esse pessoal para esses espaços. Existe muita terra boa que não tem os problemas que têm os mangues e os morros e que devem ter uma função social.

P — O Instituto obteve recentemente recursos específicos para que alguma área considerada crítica recebesse melhorias?

R — No ano retrasado conseguimos uma infinidade de recursos para aterrar São Pedro, mas acreditamos que poderiam ser melhor utilizados para desapropriar uma área. Agora estudamos junto ao Cidade de Porte Médio, Santa Rita — outra área, dentro d'água — e Morro de Santa Teresa. São recursos que conseguimos com a União para tentar dar alguma solução para essas áreas que já estão ocupadas.

P — Com relação ao interior o Instituto Jones dos Santos Neves tem algum trabalho?

R — Só em Colatina, feito em 1982, específico para enchentes e contenção de encostas. Visa à contenção da erosão do morro central (do Cristo), sem vegetação, com crateras imensas.

P — E as populações ribeirinhas mostram algum plano de proteção? O que determina a inundação de Colatina com risco para as populações ribeirinhas?

R — Ao longo do rio Doce havia uma floresta Atlântica muito densa e toda a margem foi desmatada. O que aconteceu? Com a chuva, a erosão levou a terra para dentro do rio e assoreou — quer dizer — o fundo do rio subiu. Hoje, qualquer chuva faz com que este rio suba porque não tem calado, área de inundação. Esse trabalho feito para Colatina tem alternativas de solução para o morro e para a cidade, feito depois da enchente de 1979, encomendado pelo governo federal. Mas nenhuma de suas propostas foi executada até hoje. Uma sugestão era colocar novamente vegetação no morro e diminuir a velocidade da água através de canaletas. Com relação ao rio, a proposta era a construção de muro de concreto, ao longo do rio Doce e do outro que atravessa a cidade. A alternativa do morro não é muito cara, mas a do rio, sim. Uma saída seria dragar o rio Doce. Mas como é que se vai fazer isso? Quem teria recursos para colocar rios dragas? Isso é uma questão de tempo. Começar a reflorestar toda a margem do rio Doce. Se não conseguimos draga para as valas de Vila Velha, como fazer isso com o rio Doce? Assim como a destruição foi a longo dos anos, a recuperação também o será.